



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **INTRODUÇÃO**

Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui primeira etapa do planejamento de uma contratação e tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a elaboração do termo de referência, em observância ao art. 6º, inciso XX da Lei nº 14.133, de 2021, bem como o art. 15 da Portaria nº 002/2023 do CINDEPAR.

### **1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1. O Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR, possui atualmente 166 (cento e sessenta e seis) municípios consorciados espalhados por todo Estado do Paraná, e possui políticas públicas comprometidas com o processo de inovação e desenvolvimento de interesses comuns dos municípios, em especial a pavimentação de vias por diferentes processos pavimentação asfáltica, elementos pré-moldados de concreto ou outros, serviços de tapa-buracos da pavimentação, recapeamento de vias, execução meio-fio e sarjeta etc.

1.2. Nesse contexto, o Consórcio pode vir a realizar serviços em qualquer um dos 166 Municípios consorciados, sendo que, durante a execução dos serviços, que pode levar dias, a equipe deve permanecer no município contratante, o que acarreta, por consequência, na necessidade de prover hospedagens aos empregados públicos do consórcio que atuam na execução e na fiscalização dos serviços.

1.3. Vale mencionar que nestas situações é necessário agilidade na contratação, e que, até o momento, este tipo de contratação se mostrou eficiente e eficaz, pois a flexibilidade do serviço de gerenciamento facilita o acesso a da rede hoteleira pelo Estado do Paraná.

1.4. Tendo em vista que o último processo licitatório realizado pelo Consórcio para contratação de empresa especializada na prestação destes serviços findará em **01 de junho de 2026**, torna-se necessária a realização de novo procedimento de contratação, a fim de garantir hospedagem aos empregados públicos do CINDEPAR e,

consequentemente, assegurar a continuidade da prestação dos serviços por este Consórcio.

## **2 – ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

2.1. A presente contratação encontra respaldo no item 15<sup>1</sup> do Plano Anual de Contratações do CINDEPAR e no item 15<sup>2</sup> do Portal Nacional de Contratações Públicas.

## **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. Gerais:**

3.1.1. A pessoa jurídica especializada para agenciamento e fornecimento de hospedagem para os empregados públicos do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR, deverá comprovar sua condição de “Agência de Turismo” ou “Agência de Viagens” através de registro junto ao Ministério de Turismo (CADASTUR), dentro do prazo de validade, obedecido os requisitos da Lei 11.771/08 e 14.133/21.

3.1.2. A licitante deve comprovar sua aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.1.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 02 (dois) anos serem ininterruptos.

b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente.

---

<sup>1</sup> Plano de Contratação Anual 2026: Portaria nº 010/2026 - Alteração. 1196. ed. pg. 4 a 12. Diário Oficial do Paraná: Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná, 28 jan. 2026. Disponível em: <https://publicacoesmunicipais.com.br/eatos/cindepar>. Acesso em: 23 março. 2026.

<sup>2</sup> Plano de Contratação Anual 2026: CINDEPAR. 01. ed. Portal Nacional de Compras Públicas: Elotech Gestão Pública Ltda, 17 dez. 2025. Id PCA PNCP 18273727000108-0-000001/2024. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/pca/18273727000108/2026/1>. Acesso em: 23 março. 2026.

c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.1.3. As licitantes deverão declarar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho para execução do objeto, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o contratante.

3.1.4. Não será admitida a subcontratação sob qualquer pretexto ou alegação.

3.1.5. Os serviços de agenciamento de hospedagem, inclui: marcação, reservas, remarcação, cancelamento, substituição e prestação de assessoramento.

3.1.6. A CONTRATADA deverá enviar os vouchers da reserva, com todas as informações necessárias (data das diárias, horários início da diária, endereços do hotel, procedimento e local para check in, etc.).

3.1.6.1. O endereço eletrônico a ser utilizado para essa comunicação será o e-mail oficial do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR.

3.1.7. A entrega do comprovante de reserva de hospedagem poderá ocorrer fora do horário de expediente normal, e/ou sábados, domingos e feriados, devendo a CONTRATADA manter canal de comunicação aberto com o CONTRATANTE.

3.1.8. A CONTRATADA deverá ser responsável por todos os procedimentos e etapas que contemplam a prestação dos serviços de emissão de reserva de hospedagem, observando que são necessários procedimentos relativos à cotação, reserva, emissão, alteração, marcação, remarcação e cancelamento.

3.1.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar meio eficiente de comunicação, que permita a solicitação de serviços, como reservas de hospedagens, além de acompanhar em tempo real a execução dos serviços contratados, garantindo a acessibilidade e a agilidade nas demandas do CINDEPAR.

3.1.10. A CONTRATADA deverá ter disponível suporte técnico contínuo, para resolver possíveis imprevistos ou emergências durante a execução dos serviços, como alterações, cancelamentos ou reacomodações de hospedagem.

3.1.11. A reserva de hospedagem deve ser efetuada no prazo de 12 (doze) horas, após a solicitação do CONTRATANTE.

3.1.12. A solicitação de reserva não acarretará em obrigatoriedade de contratação, podendo haver, inclusive, alteração do período e do quantitativo de diárias, sem quaisquer ônus ao CONTRATANTE.

3.1.13. Poderá o CONTRATANTE, em até 12 (doze) horas do check-in, e independente de motivação e sem quaisquer ônus adicionais, solicitar a alteração ou cancelamento de reservas.

3.1.14. A CONTRATADA deverá efetuar as reservas dos apartamentos mediante expediente no qual constarão os nomes dos hóspedes, período da reserva e tipo de apartamento.

3.1.15. A CONTRATADA deverá garantir que todas as tarifas e condições obtidas junto aos hotéis, sejam as mais vantajosas possíveis, apresentando sempre cotações de, pelo menos, três fornecedores diferentes, de modo a garantir a economicidade do processo.

3.1.15.1. Em casos excepcionais e justificados, será possível a aceitação de menos de três cotações, ficando a escolha da hospedagem por conta do contratante.

### **3.2. Específicos:**

3.2.1. A hospedagem poderá ocorrer, sempre no exclusivo interesse da administração, em dias úteis, finais de semana ou feriados, conforme a necessidade do serviço.

3.2.2. Para cada solicitação, o hotel ofertado deverá ser o de menor tarifa, dentro da respectiva categoria e com disponibilidade de vaga.

3.2.3. A hospedagem deverá contemplar, obrigatoriamente, o custeio do café da manhã.

3.2.4. As diárias corresponderão a um período de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se, preferencialmente, às 12 (doze) horas de um dia e encerrando-se no mesmo horário do dia imediatamente posterior, incluindo café da manhã.

3.2.5. Não haverá cobrança de taxa adicional de serviço.

3.2.6. Não haverá cobrança de “No Show” para notificações de desistência com até 12 (doze) horas de antecedência da data prevista para hospedagem.

3.2.7. Em caso de desistência realizada em prazo inferior às 12 (doze) horas de antecedência da data prevista para hospedagem, somente será permitida a cobrança de “No Show” no máximo em valor equivalente a 01 (uma) diária, ainda que tenha sido feita reserva para 02 (dois) ou mais dias.

3.2.8. O CONTRATANTE não arcará com o consumo de itens do frigobar, bem como consumo de telefone, serviços de lavanderia, dentre outros itens/serviços eventualmente contratados a parte por empregados públicos do CINDEPAR.

3.2.9. Os hotéis indicados deverão possuir alvará sanitário em plena regularidade.

3.2.10. As hospedagens a serem contratadas deverá atender, no mínimo, às seguintes características:

**➤ Infraestrutura da Acomodação:**

- Estacionamento;
- Cama confortável e em boas condições de uso;
- Banheiro privativo em cada unidade de hospedagem;
- Fornecimento de roupas de cama e banho limpas, com troca regular;
- Disponibilidade de ar-condicionado (ou aquecimento adequado, conforme condições climáticas locais);
- Serviço de limpeza diária dos quartos;
- Tomadas elétricas em funcionamento;
- Acesso a Wi-Fi gratuito disponível nos quartos e áreas comuns;
- Televisão instalada no quarto;
- Mesa de apoio ou escrivaninha para uso dos hóspedes;
- Iluminação interna adequada ao conforto visual;
- Armário ou espaço apropriado para armazenamento de roupas e pertences pessoais;
- Disponibilização de itens básicos de higiene pessoal, como sabonete e papel higiênico.

**➤ Serviços e Atendimento da hospedagem:**

- Disponibilidade de serviço de recepção ou portaria para atendimento aos hóspedes;

- Inclusão de café da manhã no valor da diária, servido no próprio estabelecimento.
- Na inexistência de estabelecimento de hospedagem em município consorciado, será aceita a cotação em cidade limdeira, sendo prioritária, aquela que esteja a menor distância do município pretendido.

#### **4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

4.1. Para estimar a quantidades de diárias necessárias, utilizou-se do consumo do ano de 2024, visto que 2025 foi um ano atípico, em que houve baixa demanda decorrida dos convênios firmados entre municípios consorciados e o Governo do Estado do Paraná, com recursos destinados à pavimentação asfáltica. Já para a estimativa de valor unitário de diária, utilizou-se de valor médio unitário de diárias contratadas dentro de 6 (seis) meses anteriores à elaboração deste ETP. Também considera-se o número de empregados públicos do Consórcio, assim apresentamos o valor total anual estimado:

Item	Descrição	Unid.	Quantid.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Anual Estimado
01	Prestação de serviços de reserva de hotéis.	Diária	2060	R\$ 250,00 (diária por pessoa)	R\$ 515.000,00

4.2. Não há como precisar exatamente o número de demandas a serem atendidas, tendo em vista que são variáveis, conforme o quantitativo de serviços que serão executados pelo CINDEPAR fora do município sede.

4.3. Ressalta-se que o valor estimado se refere exclusivamente às despesas com hospedagem, não estando incluída a taxa de agenciamento hospedagem, que poderá ser cobrada pela empresa contratada, conforme as condições estabelecidas no edital.

**4.4. Esclarece-se que o valor unitário estimado da diária por pessoal não vincula ao valor máximo da diária a ser pago pelo CINDEPAR, uma vez que foi utilizado exclusivamente com a finalidade de estimar o valor total máximo destinado aos gastos com hospedagem.**

#### **5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

5.2. Para definição da forma mais adequada de contratação dos serviços de hospedagem destinados aos empregados públicos em viagens a serviço, foi realizado levantamento de mercado considerando dois cenários distintos de execução:

**Cenário 1 – Agenciamento direto pelo CINDEPAR**

Nesse modelo, o próprio CINDEPAR seria responsável por realizar diretamente todo o agenciamento e a reserva de hospedagens, entrando em contato com os estabelecimentos hoteleiros sempre que houvesse necessidade de deslocamento de empregados públicos.

Tal prática exigiria a abertura de um processo administrativo individualizado para cada contratação, demandando tempo e esforço operacional da equipe administrativa. Além disso, a ausência de um contrato abrangente dificultaria a negociação de valores mais vantajosos, reduzindo o poder de barganha do CINDEPAR e aumentando os trâmites burocráticos a cada nova necessidade.

**Cenário 2 – Contratação de empresa especializada**

No segundo cenário, o Consórcio optaria pela contratação de uma empresa especializada em serviços de agenciamento e fornecimento de hospedagem, responsável por intermediar, gerenciar e executar todas as reservas e pagamentos de hospedagens, conforme as solicitações do CINDEPAR.

Esse modelo proporcionaria maior agilidade e eficiência na gestão das viagens institucionais, eliminando a necessidade de abertura de processos administrativos individuais e permitindo controle centralizado dos gastos. Além disso, a empresa contratada, por possuir rede de estabelecimentos conveniados, poderia oferecer tarifas mais competitivas, otimizando os recursos públicos e garantindo condições adequadas de hospedagem.

5.3. Após a análise comparativa, conclui-se que o **Cenário 2**, referente à contratação de empresa especializada, é a opção mais vantajosa para o CINDEPAR, pois reduz a burocracia administrativa, garante maior eficiência na gestão das viagens, possibilita melhor controle orçamentário e favorece a obtenção de preços mais acessíveis.

5.4. Dessa forma, a adoção desse modelo atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, assegurando uma execução mais ágil, transparente e organizada das viagens realizadas a serviço do CINDEPAR.

## 6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para estimativa do preço de contratação, levamos em conta os seguintes valores, considerando os quantitativos apresentados no item 4 deste Estudo Técnico:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado S/Taxa	Taxa de Agenciamento	Valor Total Estimado c/Taxa
1	Prestação de serviços de reserva de hotéis.	Diária	2060	R\$ 250,00	R\$ 515.000,00	% 5,25	R\$ 542.037,50

6.2. É importante salientar que o preço da diária de hospedagem é variável, em virtude se tratar de tarifa que sofre alteração conforme baixa/alta estação, rede hoteleira disponível, e ainda a cidade em que ocorrerá a hospedagem.

6.3. Esclarece-se que o valor unitário estimado da diária por pessoal não vincula ao valor máximo da diária a ser pago pelo CINDEPAR, uma vez que foi utilizado exclusivamente com a finalidade de estimar o valor total máximo destinado aos gastos com hospedagem.

6.4. Quanto a Taxa de Agenciamento, esta foi obtida com base na pesquisa de preços realizada no processo administrativo.

6.5. Desta forma, a estimativa de contratação com taxa de agenciamento máxima de 5,25% é de R\$ 542.037,50

6.6. Vale mencionar que, por se tratar de quantidades e valores de diárias estimados, a CONTRATADA somente receberá pelos serviços efetivamente prestados e pelas reservas realizadas, cancelamentos e alterações realizadas fora dos prazos legais ou contratuais, sem direito a qualquer outra contraprestação, independentemente de sua natureza.

## 7 – DA TAXA DE AGENCIMENTO

7.1. A Taxa de Agenciamento será paga por operação relativa à emissão de reserva, cancelamento ou remarcação de hospedagem, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura emitida em nome do CINDEPAR, acompanhada de nota fiscal/fatura ou outro documento idôneo que comprove o valor relativo à operação.

7.2. Cada alteração, cancelamento ou reembolso poderá abranger, além do custo da



Taxa de Agenciamento, multas e custos, desde que de efetuados menos de 12h do check-in e no limite de valor previsto no item 3.2.7.

7.3. A Taxa de Agenciamento constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento dos serviços, incluindo todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA, inclusive os encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre os mesmos, ficando vedada qualquer alteração posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

## **8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. Considerando, primordialmente, que o CINDEPAR realiza serviços em diversos municípios no Estado do Paraná, tendo que manter sua equipe hospedada nas cidades enquanto realizam os serviços contratados, faz se necessário a contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens (hospedagens), a fim de atender a necessidade do Consórcio Público.

8.2. Devemos observar principalmente que a demanda é dinâmica, e não absolutamente previsível, sendo a solução mais eficiente ser realizada por agência especializada, que contará com maior disponibilidade e poder de negociação com possíveis fornecedores dos serviços pretendidos.

## **9 – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO**

9.1. Considerando que a contratação é composta por apenas um item, qual seja, serviço de agenciamento de hospedagem, sendo, portanto, uma solução unificada que deve ser atendida por um único fornecedor, não se verifica a viabilidade técnica de parcelamento do objeto.

## **10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis: (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

10.2. A contratação de empresa especializada em agenciamento e fornecimento de hospedagem pretende garantir eficiência administrativa, redução de custos e otimização dos processos internos.

10.3. Os principais resultados esperados com a execução do contrato são:

**10.3.1. Agilidade e eficiência operacional**

- Eliminação da necessidade de abertura de processos individuais para cada viagem;
- Simplificação do fluxo de solicitações e reservas, com atendimento mais rápido às demandas do CINDEPAR;
- Redução do tempo gasto em trâmites burocráticos e administrativos.

**10.3.2. Racionalização dos gastos públicos**

- Contratação centralizada, possibilitando maior controle e previsibilidade orçamentária;
- Negociação de tarifas mais vantajosas junto à rede hoteleira por meio da empresa especializada;
- Redução de despesas indiretas decorrentes da fragmentação dos processos de reserva.

**10.3.3. Melhoria na qualidade dos serviços**

- Garantia de hospedagem em locais adequados, com segurança, conforto e estrutura compatíveis com as necessidades dos empregados públicos;
- Atendimento padronizado, com suporte técnico e operacional prestado pela empresa contratada;
- Maior satisfação dos empregados públicos durante o cumprimento das atividades externas.

**10.3.4. Transparência e controle administrativo**

- Possibilidade de acompanhamento sistemático dos gastos com hospedagem, por meio de relatórios gerenciais;
- Fortalecimento dos mecanismos de controle interno e da rastreabilidade das despesas;
- Cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade, publicidade e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.



## **11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

11.1. Não se aplica, pois não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico e/ou capacitação de servidores para início das atividades desta tipologia de serviços.

## **12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

12.1. Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes para execução do objeto.

## **13 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

13.1. Não se aplica, pela especificidade do objeto da contratação.

## **14 – POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita, levando em consideração a necessidade da contratação, seu levantamento de mercado e todo o contexto descrito neste estudo técnico preliminar, se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARAMOS SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

Astorga-PR, 04 de maio de 2026.

---

**RAFAEL LINCOLN CORTEZ MARTINS**  
**DIRETOR EXECUTIVO**

---

**SERGIO BARBOSA**  
**ASSESSOR TÉCNICO**